

Apresentação

Línguas e variação lingüística no Brasil – eis aí o mosaico que a Revista *Gragoatá* 9, em tecedura dessemelhante, compõe sobre a historicidade e a diversidade da língua portuguesa, das línguas indígenas brasileiras e das línguas de contato.

O núcleo temático desta coletânea focaliza usos e funcionamentos lingüísticos, em suas modalidades falada e escrita e em seus entrecruzamentos multilingües e plurilingües, no mirante da pluralidade de enfoques aqui contemplada – lingüística histórica, teoria da variação, teoria da gramática, funcionalismo norte-americano e análise da conversação –, de interfaces praticadas no contexto da lingüística brasileira (variação paramétrica, sociolingüística aplicada, variação e aquisição) e de políticas de planejamento e planificação lingüística socialmente referenciadas.

Cada artigo, em seu alinhamento teórico particular, contribui, pois, para ilustrar a dinâmica de pressões históricas, sócio-funcionais e discursivo-interacionais, propiciando uma rede complementar de análises, empiricamente sustentadas, que, espera-se, possa estimular caminhos teórico-metodológicos alternativos para a pesquisa em heterogeneidade lingüística, convidando a questionamentos e suscitando outros.

O artigo de Rosa Virgínia Mattos e Silva, fruto de acurada inquirição sobre as raízes do encontro étnico-político e lingüisticamente assimétrico entre as línguas indígenas nativas, a língua portuguesa aqui transplantada e as línguas autóctones aqui chegadas, nos leva a percorrer a trajetória, a um tempo pulsante, dolente e pujante, que moldou o chamado “português popular brasileiro”. A partir da demografia histórica, a autora defende a tese de que são os africanos e afro-descendentes, “em virtude da atuação constante dos escravos nas frentes de economia da colonização, da sua mobilidade geográfica e dos diversificados papéis por eles desempenhados no seio da sociedade colonial rural e urbana”, e não os indígenas gerais que desempenharam papel central na difusão do português vernáculo ou popular no popular no território brasileiro. Este novo texto de Mattos e Silva soma-se ao seu acervo crescente em prol de alentado projeto nacional sobre a história do português brasileiro.

Ainda no cenário do multilingüismo, deslocamo-nos a seguir para a leitura do texto de Hildo Honório do Couto que revê, em síntese crítica e abrangente, possibilidades sócio-históricas *sui generis* de contato de línguas que configuram hipóteses explanatórias sobre a emergência de crioulos, pidgins, jargões, línguas mistas e línguas indigenizadas. Couto instiga-nos para o debate acerca “da não

crioulização do português em nosso país”, sugerindo que, embora seja provável a existência “até de mais de uma variedade crioula do português do Brasil”, não há documentação disponível que infirme categoricamente tal hipótese. O artigo apresenta a produção da área, dando ênfase aos casos de contato de línguas e aos efeitos por eles produzidos já atestados e documentados no cenário lingüístico brasileiro. É nessa linha de investigação em que se inspira a recém-criada associação brasileira de estudos crioulos e similares.

O texto de Marília Lopes da Costa Facó Soares nos leva a aquilatar a potencialidade explanatória da teoria de princípio e parâmetros, em suas versões minimalistas, para a análise da variação lingüística das línguas indígenas brasileiras. Tomando como focos a língua Tikuna e a família lingüística Pano, Soares nos conduz à apreciação do acervo já produzido e em constituição a respeito dessas línguas, no âmbito da interface entre a variação dialetal de pronúncia e as configurações gramaticais, apontando que, “ambos os tipos de variação mantêm vínculo estreito com a idéia de variação translingüística”, ou seja, com os universais do uso da língua. A autora salienta os aspectos prioritários do mapeamento de traços presentes na interface sintaxefonologia e na interface forma fonológica com o sistema de performance articulatorio-perceptual. O estudo de Soares é parte de projeto de pesquisa de longo curso sobre a variação translingüística das línguas indígenas brasileiras.

Por fim, adentrando-nos na interface entre teoria da gramática e variação lingüística, passamos aos estudos de Marcus Maia, Maria Eugênia Lamoglia Duarte, Dinah Callou e Juanito Ornelas de Avelar. Maia propõe-nos revisitar a dicotomia chomskyana – competência e desempenho – à luz de área temática pouco explorada no Brasil: a do processamento psicolingüístico. Em seu incitante artigo detalha as projeções analíticas da interação entre gramática e o parseador na variação da representação e no acesso, em tempo real, a processos de compreensão. A relevância dessa linha de investigação é permitir identificar os tipos de informação que contribuem, de modo independente ou interativo, para o processamento de frases, o que, em última instância, equivale a discutir a “questão da autonomia ou da isonomia dos diferentes saberes atuantes no processo de produção e de compreensão da linguagem”, questão esta seminal para as Ciências Cognitivas, que vem registrando crescente interesse em obter evidência experimental sobre o desempenho e a estrutura lingüística fundamental.

Duarte, que tem-se dedicado à procura de parâmetros que possam explicar mudanças paradigmáticas no sistema pronominal brasileiro, explora, por seu turno, a hipótese de que mecanismos envolvidos na aquisição da fonologia, morfologia e do léxico, em sistemas em processo de mudança paramétrica, requerem a aquisição de regras variáveis ou de duas gramáticas em competição. A pesquisa, baseada

no confronto entre dados do português nativo de adultos, adquirido como L1, e dados do português, adquirido como L2 pelos índios do Xingu, atesta que o caso do clítico acusativo e do sujeito nulo referencial no futuro implica uma restrição em relação a processos aquisitivos: um modelo de aquisição envolvendo aprendizagem de regras categóricas pode dar conta de sistemas lingüísticos estáveis, mas não se coaduna com a situação de sistemas lingüísticos instáveis, em que a marcação de parâmetros ainda não se fixou no sistema.

Dinah Callou e Juanito Avelar, à luz da sociolingüística paramétrica, analisam o problema do encaixamento da substituição de *haver* por *ter*, em construções existenciais no português oral contemporâneo, com outros fenômenos atestados na história do português brasileiro. Os resultados corroboram a tese relativa à reorganização do sistema pro-nominal, com a conseqüente "implementação de objetos nulos nos sistema brasileiro, de um lado, e sujeitos lexicais mais freqüentes, de outro". A eliminação de *haver*, notadamente entre falantes jovens, sugere a "incapacidade deste verbo em projetar uma posição para a realização de um sujeito fonético, diferentemente do que ocorre com o *ter*". A presença de sujeito pronominal pode, assim também, inserir-se no conjunto de mudanças que vêm reduzindo o paradigma flexional, tendência esta que vem equiparando o português brasileiro a línguas não *pro-drop*, tais como o inglês e o francês. Os resultados de Duarte, Callou e Avelar incorporam-se ao leque de evidências já obtidos acerca de mudanças lingüísticas em que se flagra a atuação de parâmetros em processos de reconfiguração de sistemas lingüísticos.

A interface entre teoria da variação e funcionalismo caracteriza este outro conjunto de trabalhos a seguir elencados. O artigo de Maria da Conceição de Paiva constitui uma reflexão acerca da pertinência teórico-metodológica da teoria variacionista orientada para a elucidação de fenômenos que incorporam aspectos funcionais ligados à organização do discurso e à situação comunicativa. Segundo Paiva, por um lado, é o rigor da análise variacionista que permite aflorar a importância de princípios como iconicidade, distribuição da informação, marcação e economia, envolvidos em aspectos cognitivos da linguagem e da tessitura textual. Mas, por outro, procedimentos variacionistas, diante de casos como o da articulação de orações que envolvem nítida contraparte discursivo-funcional, requerem a conjugação entre postulados variacionistas e funcionalistas. Ao examinar a pertinência metateórica de resultados já disponíveis sobre fenômenos de articulação oracional, detendo-se na expressão do nexos causal, Paiva atesta que os limites de variabilidade entre os diversos conectores causais só emergem no escopo de uma análise conjugada.

O fenômeno do encaixamento na mudança lingüística é ilustrado através do estudo da variação de 2ª pessoa expressa no sujeito pronominal e nas formas do imperativo. Vera Lúcia Paredes Silva, Gilda

Moreira do Santos e Tatiana de Oliveira Ribeiro, valendo-se de peças teatrais da dramaturgia brasileira, dos séculos XIX a XX, demonstram o predomínio inicial de *tu*, em tratamento de intimidade, a sua substituição por *você* (co-variando como *o senhor*) e a crescente difusão de *tu* em usos não-padrão, acompanhado de formas verbais de 3ª pessoa do singular. Os achados igualmente revelam que a variação de formas do imperativo de 2ª pessoa já era registrada no teatro de Martins Penas e que a inserção de *você*, constatada a partir da década de 20, vem produzindo desequilíbrio no paradigma das formas verbais. Um dos aspectos de relevo desse estudo é a busca de fundamentação empírica para a compreensão mais abrangente da mistura de tratamento no imperativo no português brasileiro.

Um dos méritos do pertinente estudo de Anthony Naro e Maria Luiza Braga, pesquisadores dedicados à análise de mecanismos funcionais de usos lingüísticos, é discutir as fronteiras teórico-metodológicas da aplicação de análise quantitativa à gramaticalização. Ancorados em sustentação empírica, os autores advogam que, na atuação do princípio da divergência, em casos em que é possível flagrar a coexistência de uma nova forma mais gramaticalizada (como o uso juntivo de *aí*), com a forma-fonte original, mais lexical (o uso dêitico de *aí*), o molde da variação estratificada, pautado na existência da regra variável, se torna problemático, dado que não se pode falar em variantes de uma mesma variável. Já na atuação do princípio da estratificação, que prevê a alternância de categorias em um determinado domínio funcional em uma mesma etapa histórica da língua, a análise quantitativa se torna viável.

O estudo "Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa" reúne Lúcia Maria Alves Ferreira, Maria Maura Cezário, Mariângela Rios de Oliveira, Mário Eduardo Martellota e Sebastião Josué Votre, autores que buscam novos subsídios para o problema da mudança e da estabilidade lingüística, defendendo a tese do enfraquecimento do princípio da unidirecionalidade e sustentando a pertinência do princípio do uniformitarismo, que prediz, na trajetória da mudança lingüística, a permanência, no presente, de forças atuantes no passado. As análises direcionadas para o fenômeno da integração de orações causais finais, adjetivas e de orações introduzidas por *querer*, *mandar* e *deixar*, *poder* e *ver* convergem para o quadro teórico-metodológico pretendido, ressaltando o alcance metatórico de uma abordagem pancrônica dos dados.

Os artigos de Angélica Furtado da Cunha e de Cláudia Roncarati, a partir de evidências baseadas em diferentes fontes de dados, debruçam-se sobre o instigante e complexo problema da direcionalidade da negação no português brasileiro. Desta feita, Angélica Furtado da Cunha, com base em análises sincrônicas e diacrônicas, volta-se para os domínios funcionais da negação. Seu estudo, tematicamente filiado à hipótese da atuação do princípio do uniformitarismo, volta-se para

a busca de validação empírica a favor da tese de que a negativa dupla, característica da norma vernacular brasileira, já estaria prefigurada no português europeu, enfatizando que o português brasileiro vernacular teria avançado a mudança embrionária no sistema de negação vigente no português oriundo da Europa. Em função da análise pancrônica proposta, a interpretação dos dados conflui para a tese de que as variantes da negação resultam de pressões conflitantes entre iconicidade e economia, não se justificando, portanto, a alegada influência de falares crioulos e de influências africanas no português brasileiro.

A pesquisa de Cláudia Roncarati, ao perseguir a interface entre aquisição e variação, explora a gênese da negação na fala infantil, a partir de dados longitudinais. Seus resultados atestam que a iconicidade e a economia informacional exercem pressões diferentemente gradualizadas nos ciclos aquisitivos da negação: nos estágios iniciais são mais atuantes; nos mais adiantados, sofrem processo de abstração e ritualização. A análise revela, desde tenra idade, a presença de variantes de negação desempenhando funções discursivo-pragmáticas moldadas em diferentes enquadres de interação dialógica. O desenvolvimento da negação nas crianças demonstra, ainda, que a negação pós-verbal é a menos marcada e mais natural e que, portanto, a hipótese de que esta seja uma variante da negação dupla não se sustenta ontogenticamente.

Os tipos de ambigüidade presentes nas relações de posse desempenhadas pelo possessivo são examinados por Jussara Abraçado, no âmbito do enquadre funcionalista. A autora aprofunda estudos anteriores que associam a mudança ocorrida no sistema possessivo do português à migração de *você* e *vocês* para o quadro de pronomes-sujeito nos lugares de *tu* e *vós*, respectivamente. Os dados apontam que somente em relação a *você* o possessivo *seu* não exhibe ambigüidade, em face de sua capacidade de recuperação e remissão do possuidor em jogo. A hipótese em questão é a de que o sistema possessivo está caminhando em direção a um alinhamento estrutural de suas formas tendente a substituir *seu* e *meu* por formas do tipo *de + N*.

A variação nas modalidades orais e escrita e suas inter-relações com a literatura, a política da língua e a sociolinguística aplicada constituem o foco dos artigos que fecham, de modo significativo, esta coletânea. Seus autores brindam-nos a oportunidade de apreciar a potencialidade da aplicação de estudos sobre variação linguística em áreas afins e em domínios de discussão que, por envolverem preceitos linguísticos basilares, exigem orientação linguística teoricamente sustentada.

O ilustrativo artigo de Dino Preti, ao discorrer sobre mecanismos de reprodução da oralidade em textos literários, vem alicerçar o desenvolvimento de uma "teoria da conversação literária", destinada a revelar esquemas conversacionais na construção ficcional brasileira.

O estudo do emprego de estratégias comunicativas, alinhado ao exame do contexto histórico-cultural retratado, pode constituir-se em importante fonte de informação sobre o perfil sócio-psicológico de personagens literárias. Projetivamente, pode fornecer subsídios para modelos de transposição da fala para a escrita literária e até para modelos de interação ideal. A partir da análise de trechos extraídos do romance *Caetés* de Graciliano Ramos, Preti flagra interessantes recursos conversacionais, sinalizando situações de conflito interacional envolvendo perda ou sustentação da face.

José Luis Fiorin explora com penetrante vigor crítico o polêmico projeto de lei do deputado Aldo Rebelo, originalmente concebido para defender e proteger a língua portuguesa da "invasão indiscriminada de estrangeirismos." Fiorin detalha, passo a passo, os equívocos lingüísticos metateóricos em que se sustenta e se enreda o referido projeto. Demonstra, com transparência analítica, que a postulação de uma política e de planificação lingüística não pode calcar-se em julgamentos sobre os usos e o funcionamento da língua eivados de preconceitos lingüísticos teoricamente insustentáveis. Demonstra, sobretudo, que os problemas lingüísticos apontados pelo deputado não são nem reais: o que o projeto visa é contrapor a promoção do nacionalismo contra o internacionalismo da globalização. E Fiorin posiciona-se enfaticamente contra qualquer política de aquecimento do nacionalismo. Em última instância, o seu texto advoga que uma política lingüística deve considerar, prioritariamente, as funções simbólicas da língua e que o domínio dos símbolos é também o domínio da luta ideológica.

Marília Cecília de Magalhães Mollica, que vem implementando a linha da sociolingüística aplicada, delineia implicações políticas de correntes da utilização, no âmbito escolar, das noções de certo e de errado como mecanismo legitimadores de exclusão social. Ancorando-se em resultados de pesquisas sobre a variação morfossintática, a autora sustenta que o ensino/aprendizagem de usos e de configurações estruturais da língua oral na escrita tem impacto positivo em processos de letramento e constitui importante via de inserção do indivíduo em mercados em que a língua demanda cotação lingüística socialmente referenciada.

Cláudia Roncarati
(Organizadora)